

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.605.784 - SP
(2019/0315438-7)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
OUTRO NOME : BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADOS : HELENA MECHLIN WAJSFELD CICARONI - SP194541
JOÃO CARLOS DE CARVALHO ARANHA VIEIRA - SP296797
MARIANA DE SOUZA ANDRADE - SP310877
AGRAVADO : FERNANDO ANTONIO CAMPOS GOMIDE
ADVOGADOS : NILO DA CUNHA JAMARDO BEIRO - SP108720
KARINA BALDUINO LEITE E OUTRO(S) - DF029451
RIVADAVIO ANADÃO DE OLIVEIRA GUASSU - SP288863
ARIANE ELISA GOTTARDO - SP352133

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 696/731, reconsidero a decisão (e-STJ, fls. 692/693) proferida pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça, que negou seguimento ao agravo interposto por COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL ante a ausência de impugnação específica, razão pela qual passo a examinar o recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 523):

Seguro de vida. Ação declaratória cumulada com restituição de valores. Sentença de parcial procedência.

Preliminar de nulidade da sentença por ausência de motivação. Decisão proferida pela Magistrada a quo que foi completa em sua fundamentação e precisa em sua conclusão.

Prescrição. Relação de trato sucessivo. Prescrição atinge apenas o excedente dos prêmios pagos pelo segurado anteriormente ao prazo prescricional anual que precede o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito.

Prêmio. Majoração pelo critério da faixa etária, aplicada cumulativamente com o reajuste anual pelo IGP-M.

Legalidade, salvo nas hipóteses em que o segurado já tenha completado sessenta anos de idade e possua mais de dez anos de vínculo contratual. Requisitos da hipótese excepcional presentes na espécie. Majoração abusiva no caso concreto, porém, somente a partir de 03.06.2010, data em que o segurado completou sessenta anos de idade.

Repetição de indébito. Prescrição parcial da pretensão no que toca

ao excedente dos prêmios pagos pelo segurado anteriormente ao lapso temporal anual que precede o ajuizamento da ação.

Preliminares rejeitadas. Recursos não providos.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 549/553).

Em suas razões, a parte recorrente afirmou ser válido o reajuste por faixa etária praticado no contrato de seguro de vida, eis que respeitadas as disposições normativas pertinentes à hipótese.

Aponta a impossibilidade de aplicação analógica da Lei n. 9.656/98, tendo em vista a natureza jurídica distinta entre os contratos de plano de saúde e os contratos de seguro de vida.

Suscita prescrição do direito pois "*após mais de 15 (quinze) anos da contratação, o recorrido ingressou em juízo a fim de discutir a não renovação da apólice anterior e obter a extirpação da cláusula de reajuste por fator etário*" (e-STJ, fl. 578) ou, subsidiariamente, pretende o recálculo do prêmio pela variação do IGP-M a partir dos 12 (doze) meses anteriores ao ajuizamento da ação.

Alega, por fim, negativa de prestação jurisdicional.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 616/629) pelo não provimento do recurso.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, não observo violação ao art. 1.022 do CPC/2015 haja vista que enfrentadas fundamentadamente todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a invocada declaração de nulidade.

Com efeito, não há falar em deficiência na prestação jurisdicional, uma vez que a Corte de origem enfrentou com suficiência e clareza as questões que mereciam apreciação.

A propósito, cito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO INDENIZATÓRIA. ART. 1.022 DO CPC/2015.

VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.268.364/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Dje 1.2.2019)

No que concerne à prescrição, a Corte de origem decidiu por afastá-la pautada nos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 525):

Afasta-se ainda a alegação de prescrição da pretensão à declaração de abusividade do aumento do prêmio pelo critério da faixa etária, porquanto se cuida de relação de trato sucessivo, de modo que a prescrição atinge apenas o excedente dos prêmios pagos pelo segurado anteriormente ao prazo prescricional anual que precede o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito.

Como se vê, o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior, segundo a qual, no caso de relação jurídica de trato sucessivo, não há prescrição do fundo de direito, sendo passíveis de cobrança as quantias indevidamente pagas à seguradora nos 12 (doze) meses que precederam à propositura da demanda.

A propósito, confirmam-se:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SEGURO DE VIDA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.

IMPRESCRITIBILIDADE AFASTADA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL ANUO.

[...]

4. Quanto à pretensão de manutenção das condições gerais contidas na "Apólice 40" (contrato já extinto), mostra-se imperiosa a aplicação do prazo prescricional anual previsto no art. 206, § 1º, II, "b", do CC/02, que versa sobre a pretensão do segurado contra o segurador.

5. Quanto às pretensões relativas ao contrato ainda vigente, constata-se que as mesmas não se restringem à declaração de nulidade das cláusulas contratuais, mas, justamente, à obtenção dos efeitos patrimoniais dela decorrentes, ou seja, a indenização pelos prejuízos advindos do pagamento a maior do prêmio, em virtude da previsão de atualização segundo a mudança de faixa etária.

6. O prazo prescricional para a propositura de ação objetivando a restituição de prêmios em virtude de conduta supostamente abusiva da seguradora, amparada em cláusula contratual considerada abusiva, é de 1 (um) ano, por aplicação do art. 206, § 1º, II, "b", do Código Civil.

7. A relação jurídica estabelecida entre as partes é de trato sucessivo, com renovação periódica da avença, devendo ser aplicada, por analogia, a Súmula 85/STJ. Logo, não há que se falar em prescrição do fundo de direito e, como consequência, serão passíveis de cobrança apenas as quantias indevidamente desembolsadas nos 12 (doze) meses que precederam o ajuizamento da ação.

6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1.637.474/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15.5.2018, DJe 18.5.2018 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA EM CONTRATO DE SEGURO DE VIDA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. Nas relações jurídicas de trato sucessivo, quando não estiver sendo negado o próprio fundo de direito, pode o contratante, durante a vigência do contrato, a qualquer tempo, requerer a revisão de cláusula contratual que considere abusiva ou ilegal, seja com base

em nulidade absoluta ou relativa. Precedentes. 1.1 A pretensão condenatória, contudo, sujeita-se à prescrição das parcelas vencidas no período anterior à data da propositura da ação, conforme o prazo prescricional aplicável. Precedente da Segunda Seção.

2. Impossibilidade de aplicação do prazo prescricional trienal para o pleito de repetição de indébito ante o princípio da *non reformatio in pejus*.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.545.046/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20.3.2018, DJe 2.4.2018.)

Com relação ao mérito, esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual não é possível reconhecer abusividade no reajuste por implemento de idade no contrato de seguro de vida em grupo, quando da formalização da nova apólice, se revelando impertinente a analogia com a jurisprudência firmada em relação aos planos e seguros de saúde.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. ANALOGIA COM LEI DOS PLANOS DE SAÚDE. DESCABIMENTO. SEGURO DE VIDA. CARÁTER PATRIMONIAL. SEGURO E PLANO DE SAÚDE. CARÁTER ASSISTENCIAL. FUNÇÃO ECONÔMICA. SOCIALIZAÇÃO DOS RISCOS. REAJUSTE DO PRÊMIO POR FAIXA ETÁRIA E NÃO RENOVAÇÃO. CLÁUSULAS NÃO ABUSIVAS. UNIFORMIZAÇÃO DO ENTENDIMENTO ENTRE AS TURMAS DA SEGUNDA SEÇÃO.

1. Os contratos de seguros e planos de saúde são pactos cativos por força de lei, por isso renovados automaticamente (art. 13, caput, da Lei n. 9.656/1998), não cabendo, assim, a analogia para a análise da validade das cláusulas dos seguros de vida em grupo.

2. A função econômica do seguro de vida é socializar riscos entre os segurados e, nessa linha, o prêmio exigido pela seguradora por cada segurado é calculado de acordo com a probabilidade de ocorrência do evento danoso. Em contrapartida, na hipótese de ocorrência do sinistro, será pago ao segurado, ou a terceiros beneficiários, certa prestação pecuniária.

3. Em se tratando de seguros de pessoas, nos contratos individuais, vitalícios ou plurianuais, haverá formação de reserva matemática

vinculada a cada participante. Na modalidade coletiva, o regime financeiro é o de repartição simples, não se relacionando ao regime de capitalização.

4. É legal a cláusula de não renovação dos seguros de vida em grupo, contratos não vitalícios por natureza, uma vez que a cobertura do sinistro se dá em contraprestação ao pagamento do prêmio pelo segurado, no período determinado de vigência da apólice, não ocorrente, na espécie, a constituição de poupança ou plano de previdência privada.

5. A permissão para não renovação dos seguros de vida em grupo ou a renovação condicionada a reajuste que considere a faixa etária do segurado, quando evidenciado o aumento do risco do sinistro, é compatível com o regime de repartição simples, ao qual aqueles pactos são submetidos e contribui para a viabilidade de sua existência, prevenindo, a médio e longo prazos, indesejável onerosidade ao conjunto de segurados.

6. A cláusula de não renovação do seguro de vida, quando constituiu faculdade conferida a ambas as partes do contrato, assim como a de reajuste do prêmio com base na faixa etária do segurado, mediante prévia notificação, não configuram abusividade e não exigem comprovação do desequilíbrio atuarial-financeiro. Precedentes.

7. Recurso especial não provido.

(REsp 1.769.111/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 20.2.2020)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. PRESCRIÇÃO ÂNUA DA PRETENSÃO DE RESTABELECIMENTO DE APÓLICE EXTINTA. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. REAJUSTE PARA A FAIXA ETÁRIA A PARTIR DE 59 ANOS DE IDADE. ANALOGIA COM LEI DOS PLANOS DE SAÚDE. DESCABIMENTO. CARÁTER MERAMENTE PATRIMONIAL DO SEGURO DE VIDA. DISTINÇÃO COM O CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. REAJUSTE DO PRÊMIO POR FAIXA ETÁRIA. CABIMENTO. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DESTA TURMA.

1. Controvérsia acerca da validade de cláusula de reajuste do prêmio por faixa etária em contrato de seguro de vida em grupo.

2. Ausência de interesse recursal no que tange à alegação de prescrição anual da pretensão de restabelecimento da apólice extinta,

tendo sido essa pretensão rejeitada expressamente pelo Tribunal de origem.

3. Sinistralidade acentuadamente elevada de segurados idosos, em virtude dos efeitos naturais do envelhecimento da população. Doutrina sobre o tema.

4. Existência de norma legal (art. 15 da Lei 9.656/1998) impondo às operadoras de plano/seguro saúde o dever de compensar esse "desvio de risco" dos segurados idosos mediante a pulverização dos custos entre os assistidos mais jovens de modo a manter o valor do prêmio do seguro saúde dos segurados idosos em montante aquém do que seria devido na proporção da respectiva sinistralidade. Doutrina sobre o tema.

5. Necessidade de proteção da dignidade da pessoa idosa no âmbito da assistência privada à saúde.

6. Justificativa eminentemente patrimonial do seguro de vida em contraste com o fundamento humanitário (dignidade da pessoa humana) subjacente aos contratos de plano/seguro de saúde.

7. Distinção impeditiva da aplicação, por analogia, da regra do art. 15 da Lei 9.656/1998 aos contratos de seguro de vida.

8. Ressalva dos contratos de seguro de vida que estabeleçam alguma forma de compensação do "desvio de risco", como a formação de reserva técnica para essa finalidade.

9. Julgado recente da QUARTA TURMA nesse sentido.

10. Revisão da jurisprudência da TERCEIRA TURMA.

11. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1.816.750/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 3.12.2019)

Com efeito, ao contrário do que pretendeu o autor, ora recorrido, em sua inicial, não se constata abusividade na cláusula que reajusta, de forma unilateral, o valor do prêmio, dada a necessidade de preservar a harmonia com o princípio do mutualismo inerente a esses contratos, observadas as particularidades dos regimes financeiros a que estão submetidos.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para julgar improcedente o pedido deduzido pelo recorrido na inicial. Custas e honorários advocatícios a cargo do recorrido, estes arbitrados em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora